

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul
Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

PARECER TÉCNICO N. 02/2021

ASSUNTO: Atuação da equipe de enfermagem na remoção de pacientes

Enfermeiros Relatores: Dra. Lucyana Conceição Lemes Justino Coren-MS 147.399, Dra. Nívea Lorena Torres Coren-MS 91.377, Dr. Rodrigo Guimarães dos Santos Almeida Coren-MS 181.764

I- DO FATO

Em 05 de janeiro de 2021 e 12 de janeiro de 2021, foi recebida a solicitação de parecer sobre a atuação da equipe de enfermagem na remoção de pacientes. Esta solicitação foi enviada à Presidência deste Conselho e após apreciação do Presidente do Coren/MS, Dr. Sebastião Junior Henrique Duarte, o mesmo encaminhou à Câmara Técnica de Assistência para emissão de Parecer.

II- DA FUNDAMENTAÇÃO E ANÁLISE

Considerando a Portaria nº 2048, de 5 de novembro de 2002, do Ministério da Saúde que estabelece os princípios e diretrizes dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência, as normas e critérios de funcionamento, classificação e cadastramento de serviços e envolve temas como a elaboração dos Planos Estaduais de Atendimento às Urgências e Emergências, Regulação Médica das Urgências e Emergências, atendimento pré-hospitalar, atendimento pré-hospitalar móvel, atendimento hospitalar, transporte inter-hospitalar e ainda a criação de Núcleos de Educação em Urgências e proposição de grades curriculares para capacitação de recursos humanos da área (BRASIL, 2002).

Quanto ao atendimento pré hospitalar móvel, o capítulo IV estabelece que considere-se como nível pré-hospitalar móvel na área de urgência, o atendimento que procura chegar precocemente à vítima, após ter ocorrido um agravo à sua saúde (de natureza clínica, cirúrgica, traumática, inclusive as psiquiátricas), que possa levar a sofrimento, sequelas ou mesmo à morte, sendo necessário, portanto, prestar-lhe atendimento e/ou transporte adequado a um serviço de saúde devidamente hierarquizado e integrado ao Sistema Único de Saúde. Podemos chamá-lo de atendimento pré-hospitalar móvel primário quando o pedido de socorro for oriundo de um cidadão ou de atendimento pré-hospitalar móvel secundário quando a solicitação partir de um serviço de saúde, no qual o paciente já tenha recebido o primeiro



Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul
Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

atendimento necessário à estabilização do quadro de urgência apresentado, mas necessite ser conduzido a outro serviço de maior complexidade para a continuidade do tratamento.

Quanto à equipe profissional os serviços de atendimento pré-hospitalar móvel devem contar com equipe de profissionais oriundos da área da saúde e não oriundos da área da saúde. Considerando se que as urgências não se constituem em especialidade médica ou de enfermagem e que nos cursos de graduação a atenção dada à área ainda é bastante insuficiente, entende-se que os profissionais que venham a atuar nos Serviços de Atendimento Pré-hospitalar Móvel (oriundos e não oriundos da área de saúde) devam ser habilitados pelos Núcleos de Educação em Urgências.

A equipe de profissionais oriundos da área da saúde deve ser composta por: - Coordenador do Serviço: profissional oriundo da área da saúde, com experiência e conhecimento comprovados na atividade de atendimento pré-hospitalar às urgências e de gerenciamento de serviços e sistemas;

- Responsável Técnico: Médico responsável pelas atividades médicas do serviço;
- Responsável de Enfermagem: Enfermeiro responsável pelas atividades de enfermagem;
- Médicos Reguladores: médicos que, com base nas informações colhidas dos usuários, quando estes acionam a central de regulação, são os responsáveis pelo gerenciamento, definição e operacionalização dos meios disponíveis e necessários para responder a tais solicitações, utilizando-se de protocolos técnicos e da faculdade de arbitrar sobre os equipamentos de saúde do sistema necessários ao adequado atendimento do paciente;
- Médicos Intervencionistas: médicos responsáveis pelo atendimento necessário para a reanimação e estabilização do paciente, no local do evento e durante o transporte;
- Enfermeiros Assistenciais: enfermeiros responsáveis pelo atendimento de enfermagem necessário para a reanimação e estabilização do paciente, no local do evento e durante o transporte;
- Auxiliares e Técnicos de Enfermagem: atuação sob supervisão imediata do profissional enfermeiro.

Quanto à definição dos veículos de atendimento pré-hospitalar móvel define-se ambulância como um veículo (terrestre, aéreo ou aquaviário) que se destine exclusivamente ao transporte de enfermos. As Ambulâncias terrestres são classificadas em:

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul
Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

TIPO A – Ambulância de Transporte: veículo destinado ao transporte em decúbito horizontal de pacientes que não apresentam risco de vida, para remoções simples e de caráter eletivo;

TIPO B – Ambulância de Suporte Básico: veículo destinado ao transporte inter hospitalar de pacientes com risco de vida conhecido e ao atendimento pré-hospitalar de pacientes com risco de vida desconhecido, não classificado com potencial de necessitar de intervenção médica no local e/ou durante transporte até o serviço de destino;

TIPO C - Ambulância de Resgate: veículo de atendimento de urgências pré-hospitalares de pacientes vítimas de acidentes ou pacientes em locais de difícil acesso, com equipamentos de salvamento (terrestre, aquático e em alturas);

TIPO D – Ambulância de Suporte Avançado: veículo destinado ao atendimento e transporte de pacientes de alto risco em emergências pré-hospitalares e/ou de transporte inter-hospitalar que necessitam de cuidados médicos intensivos. Deve contar com os equipamentos médicos necessários para esta função.

Quanto à tripulação, a portaria determina:

- Ambulância do Tipo A: 2 profissionais, sendo um o motorista e o outro um Técnico ou Auxiliar de enfermagem.

- Ambulância do Tipo B: 2 profissionais, sendo um o motorista e um técnico ou auxiliar de enfermagem.

- Ambulância do Tipo C: 3 profissionais militares, policiais rodoviários, bombeiros militares, e/ou outros profissionais reconhecidos pelo gestor público, sendo um motorista e os outros dois profissionais com capacitação e certificação em salvamento e suporte básico de vida.

- Ambulância do tipo D: 3 profissionais, sendo um motorista, um enfermeiro e um médico.

Considerando a Lei do Exercício Profissional - Lei nº 7.498 de 25 de junho de 1986 e o seu Decreto regulamentador nº 94.406 de 08 de junho de 1987:

Art. 8º Ao Enfermeiro incumbe:

I – privativamente:

- a) direção do órgão de Enfermagem integrante da estrutura básica da instituição de saúde, pública ou privada, e chefia de serviço e de unidade de Enfermagem;
- b) organização e direção dos serviços de Enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares nas empresas prestadoras desses serviços;
- c) planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação dos serviços da

Quinto
no

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul
Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

- assistência de Enfermagem;
d) consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de Enfermagem;
e) consulta de enfermagem;
f) prescrição da assistência de enfermagem;
g) cuidados diretos de enfermagem a pacientes graves com risco de vida;
h) cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas;
II – como integrante da equipe de saúde:

[...]

- f) participação na elaboração de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados aos pacientes durante a assistência de Enfermagem;

[...]

Art. 10º O Técnico de Enfermagem exerce as atividades auxiliares, de nível médio técnico, atribuídas à equipe de Enfermagem, cabendo-lhe:

I - assistir ao Enfermeiro:

- a) no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem;

- b) na prestação de cuidados diretos de enfermagem a pacientes em estado grave;

[...]

- d) na prevenção e controle sistemático da infecção hospitalar;

- e) na prevenção e controle sistemático de danos físicos que possam ser causados a pacientes durante a assistência de saúde;

[...]

Art. 11º O Auxiliar de Enfermagem executa as atividades auxiliares, de nível médio, atribuídas à equipe de enfermagem, cabendo-lhe:

I – preparar o paciente para consultas, exames e tratamentos;

II – observar, reconhecer e descrever sinais e sintomas, ao nível de sua qualificação;

III – executar tratamentos especificamente prescritos, ou de rotina, além de outras atividades de Enfermagem.

IV – prestar cuidados de higiene e conforto ao paciente e zelar por sua segurança.

[...]

Art. 13º As atividades relacionadas nos arts. 10 e 11 somente poderão ser exercidas sob supervisão, orientação e direção de Enfermeiro (BRASIL, 1986; BRASIL, 1987).

Considerando a Resolução Cofen nº 564, de 6 de novembro de 2017, que dispõe sobre o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem:

CAPÍTULO I – DOS DIREITOS

[...]

Art. 4 Participar da prática multiprofissional, interdisciplinar e transdisciplinar como responsabilidade, autonomia e liberdade, observando os preceitos éticos e legais da profissão.

[...]

Art. 22 Recusar-se a executar atividades que não sejam de sua competência técnica, científica, ética e legal ou que não ofereçam segurança ao profissional, à pessoa, à família e à coletividade.

[...]

CAPÍTULO II – DOS DEVERES

[...]

Art. 45 Prestar assistência de Enfermagem livre de danos decorrentes de imperícia, negligência ou imprudência (COFEN, 2017).

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul
Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

Considerando a resolução Cofen-300/2005 que dispõe sobre a atuação do profissional de Enfermagem no Atendimento Pré-hospitalar e Inter-hospitalar, o artigo 1º que diz que no atendimento de Suporte Básico e de Suporte Avançado de Vida os procedimentos de Enfermagem previstos em Lei sejam privativamente desenvolvidos por Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem e Auxiliares de Enfermagem, de acordo com a complexidade da ação após avaliação do Enfermeiro (COFEN, 2005).

Considerando a portaria nº 826 de 04 de setembro de 2014, do Ministério da Saúde que altera a Portaria nº 356 de 8 de abril de 2013, que redefine os critérios do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (SCNES), das Centrais de Regulação das Urgências e das Emergências pertencentes ao Componente SAMU 192 de Atenção as Urgências e dispõe que a Unidade de Suporte Básico de Vida Terrestre (USB) cuja a tripulação exclui-se a presença do Enfermeiro (BRASIL, 2014)

Considerando a Portaria nº 288 de 12 de março de 2018, do Ministério da Saúde que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), e, em seu anexo II, sugere que caso a unidade móvel conte apenas com Técnicos ou Auxiliares de Enfermagem, a Central de Regulação das Urgências (CRU) que realiza sua regulação deverá contar, obrigatoriamente, com Enfermeiro para realização do matriciamento destes profissionais (BRASIL, 2018).

Considerando a Portaria nº 529, de 01 de abril de 2013, que instituiu o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP) que tem como objetivo promover e apoiar a implementação de iniciativas voltadas à segurança do paciente em diferentes áreas da atenção, organização e gestão de serviços de saúde, por meio da implantação da gestão de risco e de Núcleos de Segurança do Paciente nos estabelecimentos de saúde (BRASIL, 2013).

III – CONCLUSÃO

Após análise do processo, baseando-se nas fundamentações supracitadas encontradas na legislação e na literatura, entende-se que a fase preparatória e a do transporte propriamente dito poderá seguir a Resolução Cofen n. 588/2018 que normatiza a atuação da equipe de

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul
Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

enfermagem no processo de transporte de pacientes em ambiente interno, como referência para a organização de todos os tipos de remoções de pacientes que envolvam a enfermagem:

Na fase preparatória, compete ao enfermeiro:

- Avaliação da condição atual do paciente; escolha da equipe que irá acompanhar o paciente; preparo dos equipamentos para o transporte.
- Avaliar o estado geral do paciente;
- Antecipar possíveis instabilidades e complicações no estado geral do paciente;
- Conferir a provisão de equipamentos necessários à assistência durante o transporte;
- Prever necessidade de vigilância e intervenção terapêutica durante o transporte;
- Avaliar distância a percorrer, possíveis obstáculos e tempo a ser despendido até o destino;
- Selecionar o meio de transporte que atenda as necessidades de segurança do paciente.

Durante o transporte:

- Monitorar o nível de consciência e as funções vitais, de acordo com o estado geral do paciente;
- Manter a conexão de tubos endotraqueais, sondas vesicais e nasogástricas, drenos torácicos e cateteres endovenosos, garantindo o suporte hemodinâmico, ventilatório e medicamentoso ao paciente;
- Utilizar medidas de proteção (grades, cintos de segurança, entre outras) para assegurar a integridade física do paciente;
- Redobrar a vigilância nos casos de transporte de pacientes instáveis, obesos, inquietos, idosos, prematuros, crianças, politraumatizados, sob sedação.

Estabilização pós-transporte

- Observação contínua, da estabilidade clínica do paciente transportado, considerando que instabilidades hemodinâmicas podem ocorrer entre 30 minutos a 1 hora após o final do transporte.

Com relação à atuação da equipe de enfermagem na remoção de pacientes, ressalta-se que o Enfermeiro atua como o profissional Responsável Técnico, responsável pela coordenação do serviço de enfermagem, pela regulação da assistência de enfermagem, pela

Assinatura
[Assinatura]

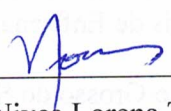
Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul
Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

delegação, pela orientação e supervisão das atividades desenvolvidas pelos Técnicos e Auxiliares de Enfermagem, sendo ainda, responsável privativamente, pelos cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica.

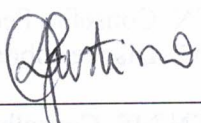
Avulta-se que em todas as fases do processo do transporte do paciente deverá ter um enfermeiro responsável pela assistência de enfermagem e pelo dimensionamento da equipe de enfermagem, conforme prevê a Lei do Exercício Profissional de Enfermagem, norteados com as rotinas ou protocolos institucionais e Procedimentos Operacionais Padrão (POP) com a finalidade de minimizando os riscos ou danos ao paciente.

Este é o nosso parecer.

Campo Grande, 08 de fevereiro de 2021.



Dra. Nivea Lorena Torres
COREN/MS 91.377



Dra. Lucyana Conceição Lemes Justino
COREN/MS 147.399

Dr. Rodrigo Guimarães dos Santos Almeida
Coren-MS 181.764

Câmara Técnica de Assistência à Saúde do COREN-MS

IV- Referências

BRASIL. **Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986.** Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 94.406, de 08 de junho de 1987.** Regulamenta a Lei nº 7.498 de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o Exercício profissional da Enfermagem, e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, DF, 1987.

BRASIL. **Portaria nº 2.048, de 05 de novembro de 2002.** Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência.

BRASIL. **Portaria nº 356, de 8 de abril de 2013.** Redefini o cadastramento, no SCNES, das Centrais de Regulação das Urgências e das Unidades Móveis de Nível Pré-Hospitalar de Urgências pertencentes ao Componente SAMU192 da Rede de Atenção as Urgências.

BRASIL. **Portaria nº 529, DE 1º DE ABRIL DE 2013.** Institui o Programa Nacional de

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul
Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

Segurança do Paciente (PNSP).

BRASIL. **Portaria nº 826, de 4 de setembro de 2014.** Altera a Portaria nº 356/SAS/MS, de 8 de abril de 2013, que redefine o cadastramento, no SCNES, das Centrais de Regulação das Urgências e das Unidades Móveis de Nível Pré-Hospitalar de Urgências pertencentes ao Componente SAMU192 da Rede de Atenção às Urgências.

BRASIL. **Portaria nº 288, de 12 de março de 2018.** Redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

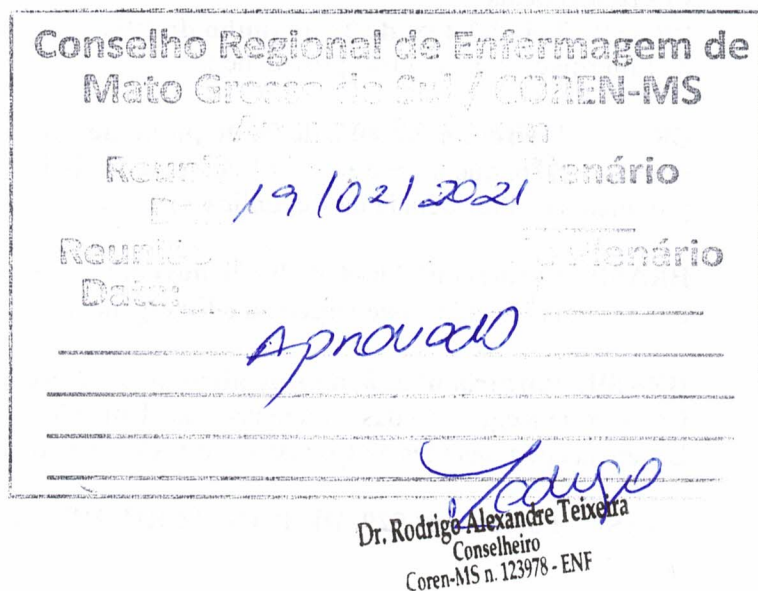
COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. **Resolução COFEN nº. 300, de 16 março de 2005.** Dispõe sobre a atuação do profissional de Enfermagem no Atendimento Pré- hospitalar e Inter-hospitalar.

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. **Resolução COFEN nº. 564, de 06 de novembro de 2017.** Dispõe sobre o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.

COREN/MS. Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul. **Parecer n. 18/2018:** Presença do enfermeiro na remoção de pacientes em Ambulância de Suporte Avançado

COREN/MS. Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul. **Parecer n. 05/2019:** Procedimento do enfermeiro atuando em plantão hospitalar frente a necessidade de transferência em vaga zero de paciente com risco iminente de morte

COREN/MS. Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul. **Parecer n. 16/2020:** Presença do Enfermeiro em unidades móveis do Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU) - Unidade de Suporte Básico de Vida Terrestre (USB).



Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul
Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

**EXTRATO DE ATA DA 467ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE PLENÁRIO DO DIA
19.02.2021**

01 Às oito horas e trinta minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e vinte e um, é
02 iniciada a 467ª Reunião Ordinária de Plenário. **I. Verificação do “Quórum”** Pleno. Sob a
03 Presidência do Conselheiro Dr. Sebastião Junior Henrique Duarte. Conselheiros presentes:
04 Sr. Aparecido Vieira Carvalho, Sra. Carolina Lopes de Moraes, Sr. Cleberson dos Santos
05 Paião, Dra. Lucyana Conceição Lemes Justino, Dr. Rodrigo Alexandre Teixeira, Dra.
06 Nívea Lorena Torres, Dr. Fábio Roberto dos Santos Hortelan, Dra. Karine Gomes Jarcem,
07 Sr. Marcos Ferreira Dias, Sra. Maira Antônia Ferreira de Oliveira, Sra. Dayse Aparecida
08 Clemente, Dr. Flávio Tondati Ferreira e Dr. Leandro Afonso
09 Rabelo.*****

10 *******II – ORDEM DO DIA: 41. Parecer n.**
11 **02/2021 – elaborado pela Câmara Técnica de Assistência. Sobre Transporte extra-**
12 **hospitalar de paciente.** Realizado a leitura do parecer pela conselheira Lucyana Justino,
13 após discussão e sugestões do plenário fica aprovado o parecer por unanimidade.

14 *****
15 *****
16 *****

17
18
19 **Dr. Sebastião Junior Henrique Duarte**
20 **Presidente**
21 **Coren-MS n. 85775**

22
23
24 **Dr. Rodrigo Alexandre Teixeira**
25 **Secretário**
26 **Coren-MS n. 123978**

